

## A Europa num Mundo Poliárquico

**António Horta Fernandes**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

---

Nos dias de hoje assistimos a uma cena internacional relativamente desestruturada, da qual emergem vários pólos de poder. Em boa verdade, parece-me que estamos perante uma poliarquia, no sentido etimológico do termo, em que nenhuma das grandes potências internacionais faz parte de uma ordem ou de um concerto bem articulado. O que quero dizer com isto é que – apesar das afinidades entre algumas potências, nalguns casos formalizadas mesmo através de alianças comuns, como acontece com aliança entre os EUA e os seus parceiros europeus no âmbito da NATO – os principais pólos de poder não se articulam, se é que alguma vez se articularam de raiz, em nenhuma daquelas ordenações de carácter analítico com que estávamos habituados a lidar (seja a unipolaridade, a bipolaridade, ou multipolaridade). Os diferentes pólos de poder parecem actuar de forma avulsa, porque soltos dessa ordenação. A poliarquia diz apenas da existência de diversos pólos de poder, não necessariamente simétricos, ou pelo contrário, assimétricos e é tudo. Não define nenhuma configuração de poder privilegiada.

Bem vistas as coisas, isto não é particularmente espantoso, é antes uma consequência prática do que é o poder, esse feixe de relações relativamente flutuante e cada vez mais ramificado. Num mundo globalizado esta estruturação do poder tende a agudizar-se e deparamo-nos com distintas esferas do poder que ora se sobrepõem ora se afastam, mas não coincidem ordenadamente num todo articulado, seja ele multipolar, bipolar ou unipolar. Essa flutuação do próprio poder faz com que seja praticamente impossível falar num pólo que monopolize as diferentes esferas de poder e mesmo dentro de cada uma delas é igualmente manifesta essa flutuação. Dramatizando com alguma liberdade o jargão, poder-se-ia dizer que o recorte internacional do poder está cada vez mais fractalizado. Podemos facilmente avaliar de um tal estado de coisas, olhando para os EUA, potência sem rival em determinadas esferas e face a outros pólos. No entanto, mesmo na esfera em que a superioridade norte-americana é maior, a militar, os EUA estão presentemente atolados numa guerra com características subversivas, quer do ponto de vista do que é o exercício remunerador do aparelho militar nesse tipo de guerras, quer na perspectiva das repercussões estratégicas, assinaláveis a todos os níveis. Neste contexto, conclui-se que as diferentes esferas de poder interagem e fazem-no de forma complexa e não-harmónica, o que deveria ser um sinal decisivo para levar os internacionalistas a abandonar de vez os seus esquemas sistémicos mecanicistas, na maior parte dos casos informados e acriticamente aceites.

Como não existe esse equilíbrio ostensivo e articulado de poderes que o conceito de multipolaridade traduz e, muito menos é possível, se não de todo risível, operar com o conceito de unipolaridade, resta aos actores internacionais o sempre novo exercício prudencial, a *phronesis*, uma sabedoria prática historicamente fundada e inescusável.

Já é tempo de a Europa se assumir como tal, não se reduzindo à UE, mas procurando afirmar-se enquanto complexo histórico-geográfico global. Um tal desiderato não deve ter apenas como pressuposto a inclusão das suas famílias nucleares latina, germânica e eslava, e incluir não só as suas matrizes religiosas judaico-cristã e islâmica, além das suas heranças renascentista e iluminista, mas a afirmação de um projecto “universal” renovado. Poder-se-ia mesmo dizer, messiânico, no sentido benjaminiano. Não no sentido de uma utopia como ideia reguladora a haver, ou de um nenhures a concretizar algum dia, antes de um outro tempo e espaço que emergem por dentro da vivência normal não para desapropriá-la, mas para desarticular as suas funcionalidades identitárias, retirando-lhes eficácia. É um pouco como a soberba interpretação que Agamben faz da paulina Carta aos Romanos, glosando também Gal (3,28), segundo a qual parece sempre

existir um resto entre toda a identidade e ela mesma<sup>(1)</sup>. Não que se procure uma identidade última para além das diferenças que sintetize os europeus enquanto tal, os torne num magma indiferenciado, isso já os diferentes povos europeus parecem ter mostrado que o não querem. Contrariamente, este “universal” é antes um constante dividir de todas as identidades nomísticas, desconstruindo-as nas fronteiras, que as renovam e as tornam a desconstruir sem as desapropriar. No fundo, é uma continuada revisão de si mesmo através do outro, não dos outros para além das fronteiras e identitariamente constituídos, mas de todos esses e também de nós lidos pela figura do outro.

Sem, de todo, pretender dizer que o projecto europeu comunitário configura esse sentido messiânico, muito do que o caracteriza como objecto político não identificado, não provirá desse esboço de nem recusar as fronteiras nem procurar uma síntese última, mas de aceitar cada um como qualquer e por ser qualquer.

---

(1) Cfr. Giorgio Agamben, *El Tiempo que Resta*, Madrid, 2006, pp.57-58.